



4382 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)  
GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação

?OS/AS FILHOS/AS DA EJA?: O COTIDIANO DE MÃES ADOLESCENTES NEGRAS NO CONTEXTO ESCOLAR.  
Elis Souza - UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

" OS/AS FILHOS/AS DA EJA": O COTIDIANO DE MÃES ADOLESCENTES NEGRAS NO CONTEXTO ESCOLAR

ESTE ARTIGO É UMA PESQUISA ETNOGRÁFICA REALIZADA EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DO BAIRRO DO CABULA EM SALVADOR - BA, QUE TEM POR OBJETIVO DESCREVER O COTIDIANO DE MÃES ADOLESCENTES NEGRAS NA ESCOLA.

“OS/AS FILHOS/AS DA EJA”: O COTIDIANO DE MÃES ADOLESCENTES NEGRAS NO CONTEXTO ESCOLAR.

## Introdução

Como ressalta Heilborn (2006), a maternidade adolescente deve ser analisada enquanto “fenômeno social”, já que coletivamente explicita elementos históricos, sociais e culturais que são interseccionados principalmente por elementos de geração, classe, raça e gênero, mas não só por estes. Neste sentido, a escola é um contexto potencial para a tessitura de reflexões em torno da relação maternidade adolescente e projeto de vida. Ser mãe adolescente estudante tem implicações bastante peculiares que serão apresentadas (em parte) neste artigo.

Apesar dos muitos avanços nas políticas de acesso e permanência, principalmente no que se refere as políticas relacionadas a EJA, ainda são muitos os desafios para alcançar, de fato, a universalização e democratização deste espaço. Mais do que isso, pensar a escola de forma integrada a outras políticas públicas sociais que contribuem para a permanência dos/as alunos/as, principalmente os/as negros/as e pobres, ainda representa um grande obstáculo a ser superado.

Neste sentido, o presente artigo tem por objetivo descrever o cotidiano de mães adolescentes negras na escola, ressaltando as peculiaridades desta experiência os desafios e perspectivas inerentes dessa condição. Este texto, faz parte de uma pesquisa de Mestrado mais ampla intitulada: “*Hoje a cria não veio!*”: *adolescentes mães negras e os projetos de vida no contexto escolar* Que buscou identificar o lugar da escola na (re)significação dos projetos de vida de adolescentes negras que se tornaram mães.

Este artigo justifica-se pela necessidade de pautar temas referentes a gravidez/maternidade adolescente nas pesquisas da área de educação, compreendendo que estes assuntos refletem em organização curricular e estrutural da escola. Bem como nas políticas de acesso e permanência de muitas jovens neste espaço.

E a sua metodologia é de base qualitativa e etnográfica, e utilizou como principais instrumentos de coleta de dados entrevistas semiestruturadas e observação participante do cotidiano escolar de dois grupos de adolescentes mães e não-mães, com idades entre 12 e 18 anos, negras e de classes populares. O contexto de pesquisa foi a Escola Municipal Governador Roberto Santos, localizada no bairro Cabula, no município de Salvador – Bahia.

## Desenvolvimento

Inicialmente essa pesquisa não tinha como objetivo observar o contexto escolar noturno, desenvolve a educação de jovens e adultos, visto que, desde a construção do projeto inicial (2016), as adolescentes grávidas mapeadas estudavam no diurno, portanto não fazia sentido incluir a EJA no campo, entretanto a partir do acompanhamento da trajetória escolar das adolescentes, foi observado no decorrer da pesquisa que alguns meses após o parto, elas passaram a estudar no noturno, com exceção daquelas que durante o início da pesquisa já se encontravam fora da escola, entretanto, após as entrevistas realizadas em (2017) as duas adolescentes voltaram a estudar no ano seguinte (2018).

Este fenômeno de transferência do turno diurno para o noturno, segundo a gestão da escola, é muito comum e recorrente, principalmente a partir da maternidade. Entretanto, não existe nenhum instrumento institucional que registre internamente na escola, nem na rede municipal, para monitoramento dos motivos destas transferências e futuras avaliações do perfil dos/as alunos/as da EJA, no que se refere aos traços de gênero e raça aí embutidos.

Atualmente, segundo a legislação nacional e municipal da educação, só é permitido estudar a noite na EJA, adolescentes a partir dos 15 anos. Mas, apesar desses impedimentos legais, segundo a gestora da escola, ela já pôde presenciar solicitações de transferência de adolescentes de 12 e 13 anos que procuraram, acompanhadas da família, a escola para estudarem a noite por conta das dificuldades em permanecerem no ensino regular no diurno após a maternidade.

A frase “Os/as filhos/as da EJA” que intitula este capítulo, foi pronunciada pela gestora, em um dos primeiros dias observados na escola, ela se referia a duas adolescentes mães (que participam dessa pesquisa) que estavam passando nos corredores em direção as salas de aula, acompanhadas dos seus respectivos filhos. Essa foi uma cena muito presente durante os dias de observação.

No que se refere às trajetórias escolares de mulheres negras e pobres, de forma específica, em sua grande maioria, apresentam grandes dificuldades em dá continuidade a escolarização, questões relacionadas às desigualdades de gênero, articuladas a elementos de classe e raça. Essa evasão da escola repercute diretamente nas suas perspectivas, projeções e ocupações profissionais. A falta de um registro oficial que quantifique e apresente a justificativa dessa evasão nas escolas, é um dos elementos que dificulta a institucionalização do fenômeno, perde –se de vista o carácter social e político o que impede o fortalecimento e o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para este grupo.

Um dos elementos que interfere significativamente na formulação de ações governamentais relacionadas a escolarização das mulheres negras é o Racismo institucional, ainda muito presente na concepção do estado brasileiro, principalmente na gestão das políticas básicas e estruturais como saúde e educação. Neste sentido Jurema Werneck, apresenta o conceito de Racismo Institucional a partir do entendimento que este, molda as estruturas sociais contribuindo para a desigualdade racial entre negros e brancos:

O racismo institucional (RI), que possivelmente é a dimensão mais negligenciada do racismo, desloca-se da dimensão individual e instaura a dimensão estrutural, correspondendo a formas organizativas, políticas, práticas e normas que resultam em tratamentos e resultados desiguais. (WERNECK 2016, p.541)

Considerando o viés da interseccionalidade, é importante considerar “A situação das mulheres negras, com sua dupla invisibilidade, deve ser também revelada.” (AQUINO 2009, p.68). Dentro do contexto escolar, segundo os dados do IBGE (2015) ser mulher, negra, de classe popular, e adolescente mãe, é praticamente estar condicionada a viver uma trajetória escolar marcada por interrupções e desafios, ou até mesmo, a sentença social de que abandonará a escola antes de concluir o Ensino Fundamental.

A construção social em torno da maternidade faz com que mulheres que são mães precisem geralmente lidar diariamente com elementos de renúncia em suas vidas escolares, acadêmicas e profissionais. A falta de políticas que pautem e garantam a inclusão das mulheres que são mães causam prejuízos a maioria das mulheres, mas não só a elas, a sociedade perde a perspectiva feminina, o lugar de fala das mulheres, as suas potencialidades acadêmicas, fortalecendo espaços de construção de conhecimento e de poder exclusivamente masculinos, contribuindo para o que Aquino (2011) nomeia de “Conhecimento androcêntrico” (p.58) .

No contexto escolar as adolescentes que engravidam apesar de serem acolhidas pela comunidade escolar, vivem uma experiência de “não lugar” institucional, por não ter nenhum tipo de política que registre e acompanhe essa situação na escola, as adolescentes acabam dependendo da “sensibilidade” dos/as gestores escolares para continuarem na escola após o parto e não terem prejuízos na avaliação final, como a conservação de mais um ano letivo, por exemplo.

Uma conquista para as mulheres em qualquer modalidade educacional que ainda é pouco conhecida e divulgada na educação básica, é que no ano 1975, mesmo ano que a Organização das Nações Unidas- ONU oficializou o dia 8 de março como o dia Internacional da Mulher, no dia 17 de abril o governo brasileiro, no mandato do presidente Ernesto Geisel, ainda durante a Ditadura Militar, instituiu a primeira lei (6.202/75) que assegurava as estudantes grávidas o direito a permanecer na escola e ser acompanhada e avaliada a partir de atividades domiciliares no período final da gestação e após o parto:

Art. 1º A partir do oitavo mês de gestação e durante três meses a estudante em estado de gravidez ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares instituído pelo [Decreto-lei número 1.044, 21 de outubro de 1969](#)

Parágrafo único. O início e o fim do período em que é permitido o afastamento serão determinados por atestado médico a ser apresentado à direção da escola.

Art. 2º Em casos excepcionais devidamente comprovados mediante atestado médico, poderá ser aumentado o período de repouso, antes e depois do parto.

Parágrafo único. Em qualquer caso, é assegurado às estudantes em estado de gravidez o direito à prestação dos exames finais.

Essa é uma lei que está em vigor desde 1975, entretanto é um direito desconhecido por muitos profissionais da educação, não só da rede básica, mas também do ensino superior. É muito comum ouvir relatos de mulheres que engravidaram, enfrentaram uma gravidez de risco e/ou no pós-parto, acabaram sendo reprovadas nos respectivos espaços educativos em que estavam matriculadas. Além disso, os/as professores/as que propõem e “aceitam” a avaliação a partir de atividades domiciliares são vistos como professores/as sensíveis e bondosos/a, e se perde de vista a ideia do direito, se tornando um ‘favor’ individual do/a profissional.

Assim como o direito a licença maternidade no campo profissional ainda é polêmico, é uma lei relativamente nova, mas que ainda sofre muitos entraves no campo prático. Muitas empresas e espaços formais de trabalho criam estratégias para empregar menos mulheres, mesmo sendo ilegal, ou até justificar as desigualdades salariais internas entre homens e mulheres exercendo a mesma função, sob a justificativa da licença maternidade como um “privilégio feminino” e não como direito.

As adolescentes mães que participam desta pesquisa durante os dias de aula levam os/as seus/as filhos/as para escola. Segundo uma das gestoras da escola logo que a EJA foi implantada na rede municipal era proibida a entrada de crianças na escola a noite, entretanto, a partir do estabelecimento dessa regra, muitas escolas sofreram altos índices de evasão, o que levou a gestão municipal a repensar a normativa e atualmente não é proibido nas redes municipais a entrada de crianças filhas e filhos de estudantes da escola.

As instituições públicas e privadas foram construídas e desenvolvidas por homens, para serem ocupadas por homens, a mulher nestes espaços está sempre na ruptura, na subversão. As mulheres precisam sempre se “adequar” a estrutura para serem aceitas, quase como uma “licença” para estar em um lugar que deveria ser ocupado como direito.

Nesse sentido foi muito comum observar a presença de crianças e adolescentes na EJA filhas e filhos das alunas, em conversas informais com algumas mães adultas pergunto porque elas levam os/as filhos/as para a escola, dentre os principais motivos estão, por conta da segurança para não deixa -los sozinhos em casa (no caso dos/as adolescentes), outras relatam que os pais estão em casa enquanto elas estão na escola, mas não querem ficar com eles a noite em casa por que querem descansar, mas a maioria relata que não tem com quem deixar. Um elemento importante, os homens estudantes não levam os filhos para a escola.

A presença das crianças nas salas é naturalizada, tiveram dias em que observei que a classe estava ocupada por 8 crianças, embora pareça confuso entender, como é possível essa quantidade de crianças em uma sala, e ao mesmo tempo neste contexto acontecer aulas que desenvolvam aprendizagens significativas com concentração, era uma inquietação cotidiana, e que para a minha

experiência prática e visão de educadora da rede básica regular no diurno, era uma tarefa praticamente impossível.

Entretanto, os/as estudantes das salas tinham estratégias próprias para lidar com a presença das crianças, os/as colegas ajudavam revezavam o cuidado, a levada ao banheiro, a mamadeira, a água. Como também alguns professores pensavam atividades pedagógicas para as crianças. Por mais contraditório e complexo que pareça, oito crianças em uma sala de adultos o ambiente, em tese, parece harmonioso, os colegas se solidarizam, fazem dobraduras, carregam no colo, alternam entre si as tarefas e acompanhamento das crianças para beber água e ir ao banheiro. Os professores, em sua grande maioria, interagem propõem atividades “papel, lápis de cor” enfim, as pessoas da sala acabam construindo com disposição e sensibilidade um lugar acolhedor para as crianças.

### Considerações Finais

Apesar das políticas educacionais e sociais “afastarem” essas adolescentes deste lugar, a comunidade escolar em sua dinâmica e contradição, acolhe de algum modo e contribui para outro sentido a esta condição de mãe adolescente. Enfim, no final a aula acontecia, as crianças na sala representam avanço e subversão de um espaço que propõe uma educação formal calcada em um modelo racional. Romper com isso gera reflexão. Não atrapalham como imaginamos é uma dinâmica comunitária de cuidado interfere, mas não impede a aula.

Entretanto, vale ressaltar que o espaço não foi pensado para crianças e de algum modo, apesar das estratégias de solidariedade e cuidado, gera um prejuízo na dinâmica escolar daqueles/as que estão ali. É o espaço possível, mas não é o ideal para elas, no que se refere a estrutura física e pedagógica. Neste sentido, é importante considerar políticas e ações que visem atender a estas demandas na escola na tentativa de contribuir para um espaço mais inclusivo para crianças e mães no noturno, como salas de apoio e/ou creches noturnas, por exemplo.

### Referências

ALMEIDA, José Miguel Ramos. **Adolescência e maternidade**. 2. ed. São Paulo: Lisboa, 2003.

ALMEIDA, Maria da Conceição C. **Escola e gravidez na adolescência**: um estudo em três capitais brasileiras. Projeto de tese de doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Saúde Coletiva, da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2004.

AQUINO, Estela M. L. et al. Gravidez na adolescência: a heterogeneidade revelada. In: HEILBORN, M.L. et. al. *O aprendizado da sexualidade*: um estudo sobre reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. Rio de Janeiro, Garamond. 2008

HEILBORN, Maria Luiza; AQUINO, Estela M.L.; BOZON, Michel; KNAUTH, Daniela Riva (org.): **O aprendizado da sexualidade**. Reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. Ed, Garamond e Fiocruz, Rio de Janeiro, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Síntese dos Indicadores de 2015.

Brasília: IBGE; 2015. Disponível em:

<[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2015/pnad\\_sintese\\_2015.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2015/pnad_sintese_2015.pdf)>. Acesso em: 10 de janeiro de 2017.

WERNECK, Jurema. **Mulheres negras brasileiras e os resultados de Durban**. In. Caminhos Convergentes: Estado e Sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Organizadoras: Marilene de Paula e Rosana Heringer. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2016.